



d) registrar em sua contabilidade analítica os atos e fatos administrativos de gestão dos recursos alocados por este Termo de Execução Descentralizada;

e) manter arquivada a documentação comprobatória das despesas realizadas, ficando à disposição dos órgãos de controle interno e externo pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação ou tomada de contas, do gestor do órgão SPM, relativa ao exercício da concessão;

f) promover as licitações que forem necessárias para a aquisição de materiais ou insumos a serem utilizados na execução do objeto avençado, de acordo com a legislação específica;

g) garantir a conclusão do objeto deste Termo de Cooperação no prazo assinalado;

h) permitir a SPM/PR o acesso a toda documentação, dependências e locais do projeto;

i) assumir todas as obrigações decorrentes de contratações necessárias à consecução do objeto;

j) manter a SPM/PR informada sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal de execução deste Termo de Cooperação;

k) aplicar os recursos discriminados exclusivamente na consecução do objeto deste Termo de Cooperação;

l) os créditos da SPM/PR serão efetuados sob forma textual, nos elementos documentais da publicação, como *Apresentação*, *Introdução* ou *Quarta Capa* e com a aplicação da(s) logomarca(s), de modo alinhado na primeira capa com a logomarca da UFMG;

m) na segunda capa da publicação, quando houver, devem constar as autoridades da SPM/PR;

n) na Equipe Técnica, no fim da publicação, devem constar os nomes dos técnicos envolvidos na produção dos resultados gerados a partir deste Termo de Execução Descentralizada

II - DA SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES/PR

a) transferir os recursos orçamentários e financeiros para execução do objeto avençado, na forma do Cronograma de Desembolso aprovado no Plano de Trabalho, observada a sua disponibilidade financeira, sendo R\$ 732.000,00 (setecentos e trinta e dois mil reais) no orçamento dos exercícios de 2014 conforme abaixo especificado:

Fonte	Programa de Trabalho	Valor (R\$)	Ano
0100	1442220168843	710.000,00 22.000,00	2014
0100	Valor Total	732.000,00	

b) acompanhar, supervisionar, coordenar, fiscalizar e prestar assistência técnica na execução do objeto desta Portaria, diretamente ou através de seus órgãos e entidades;

c) analisar e aprovar os relatórios dos recursos repassados;

d) aprovar os procedimentos técnicos e operacionais necessários à execução desta portaria; e

e) indicar técnico para acompanhamento e supervisão da execução dos recursos repassados por meio desta Portaria, que emitirá parecer conclusivo a respeito da conclusão do objeto pactuado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELEONORA MENICUCCI

SECRETARIA DE PORTOS  
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES  
AQUAVIÁRIOS  
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO  
E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES  
ADMINISTRATIVAS REGIONAIS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE  
Em 29 de julho de 2014

Processo: 50306.000219/2014-56  
Nº 43 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Agência, considerando análise dos fatos apurados em decorrência do contido no Processo Administrativo Sancionador nº 50306.000219/2014-56, bem como das alegações trazidas pela empresa em sede de RECURSO, devidamente sopesadas no Despacho nº 43/2014-SFC, decide:

I - Por não conhecer o recurso impetrado pela empresa O. G. DE MAGALHÃES NAVEGAÇÃO EIRELI - EPP, CNPJ nº 18.123.572/0001-23, por ser intempestivo, mantendo-se a penalidade

de MULTA pecuniária no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), pelo cometimento da infração prevista no artigo 20, inciso XXXIX da Resolução nº 912-ANTAQ, tendo em vista a confirmação da materialidade das infrações imputadas à empresa.

II - Este Despacho entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BRUNO DE OLIVEIRA PINHEIRO

UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL  
DE MANAUS

DESPACHO DO CHEFE  
Em 15 de julho de 2014

Processo nº 50306.000525/2014-92  
Nº 23 - A CHEFE DA UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE MANAUS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, conforme análise dos fatos presentes no Auto de Infração nº 000771-4, lavrado em 06 de maio de 2014, apurado nos autos do Processo de Fiscalização nº 50306.000525/2014-92, decide pelo arquivamento, sem aplicação de penalidade, por entender que a EMPRESA ITACAL - ITACOATIA-RA CALCÁRIOS LTDA., CNPJ nº 03.160.993/0001-57, exploradora da ETC ITACAL, não cometeu as infrações previstas nos incisos XVIII e XXI, do artigo 32, da Resolução nº 3274/2014-ANTAQ.

Este despacho entra em vigor na data de publicação no Diário Oficial da União.

DANIELLE FELIPE DE CARVALHO

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL

PORTARIA Nº 183, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

Revoga a Portaria SAC-PR nº 110, de 8 de julho de 2013, e aprova o Plano Geral de Outorgas para a exploração de aeródromos civis públicos.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, o art. 24-D da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e o art. 1º do Anexo I do Decreto nº 7.476, de 10 de maio de 2011, e considerando o disposto na Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, na Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, na Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, na Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, no Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009, no Decreto nº 7.624, de 22 de novembro de 2011, e no Decreto nº 7.871, de 21 de dezembro de 2012, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria SAC-PR nº 110, de 8 de julho de 2013.

Art. 2º Aprovar, na forma do Anexo a esta Portaria, o Plano Geral de Outorgas - PGO para exploração de aeródromos civis públicos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

W. MOREIRA FRANCO

ANEXO

PLANO GERAL DE OUTORGAS

Capítulo I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Plano Geral de Outorgas - PGO estabelece diretrizes e modelos para a exploração de aeródromos civis públicos em conformidade com a Política Nacional de Aviação Civil - PNAC.

Parágrafo único. Para os fins desta Portaria, a exploração de aeródromos engloba a construção, implantação, ampliação, reforma, administração, operação, manutenção e exploração econômica do aeródromo.

Capítulo II  
DAS POLÍTICAS E DAS DIRETRIZES

Art. 2º Ficam estabelecidas as seguintes diretrizes para execução da PNAC:

I - estímulo ao uso do transporte aéreo e ao desenvolvimento da aviação civil;

II - estímulo à integração nacional e internacional, com a expansão dos serviços de transporte aéreo doméstico e internacional, aumento do número de localidades atendidas, desenvolvimento das ligações de baixa e média densidade de tráfego e alcance a regiões de difícil acesso;

III - incentivo aos investimentos públicos e privados na aviação civil brasileira, pautados pela segurança jurídica nas relações contratuais;

IV - estímulo à eficiência nas operações da aviação civil e na gestão da infraestrutura aeroportuária; e

V - estímulo à concorrência.

Capítulo III  
DOS MODELOS DE EXPLORAÇÃO

Seção I  
Das modalidades de exploração

Art. 3º Os aeródromos civis públicos serão explorados por meio:

I - da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, ou suas subsidiárias;

II - de concessão;

III - de autorização;

IV - do Comando da Aeronáutica - Comaer;

V - de delegação a Estados, Distrito Federal ou Municípios.

Seção II  
Dos aeródromos explorados pela União

Subseção I  
Das Diretrizes Gerais

Art. 4º Serão explorados pela União, nos termos dos incisos I a IV do art. 3º:

I - o aeródromo de maior movimentação de passageiros em cada Estado ou no Distrito Federal;

II - aeródromos passíveis de exploração por meio de autorização, nos termos da legislação em vigor; e/ou

III - aeródromos considerados estratégicos pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República - SAC-PR, observados critérios de localização geográfica, características socioeconômicas, acessibilidade, potencial turístico, capacidade operacional, potencial de crescimento e volume movimentado de aeronaves, passageiros ou carga, de prevalência do uso militar ou de razões estratégicas para a segurança ou defesa nacionais.

Parágrafo único. A exploração dos aeródromos estratégicos nos termos do inciso III poderá ser delegada, mediante convênio, a Estados, Distrito Federal e Município, observado o disposto no art. 11.

Subseção II  
Dos aeródromos explorados pela Infraero

Art. 5º A SAC-PR atribuirá à Infraero a exploração dos aeródromos previstos no art. 4º, exceto aqueles que sejam explorados pelo Comaer, por concessão ou por autorização.

Parágrafo único. As novas atribuições à Infraero serão prece-didas de avaliação econômico-financeira do aeródromo a ser assumido.

Subseção III  
Dos aeródromos explorados pelo Comaer

Art. 6º O Comaer poderá solicitar à SAC-PR a exploração de aeródromos civis públicos nos quais prevaleça o uso militar ou por razões estratégicas para a segurança ou defesa nacionais.

Subseção IV  
Dos aeródromos explorados por meio de concessão

Art. 7º Para conceder a exploração de aeródromos a SAC-PR considerará:

I - a relevância do movimento atual ou projetado de passageiros, carga e aeronaves;

II - as restrições e o nível de saturação da infraestrutura aeroportuária;

III - a necessidade e a premência de obras e investimentos relevantes;

IV - a necessidade e a premência de melhorias relevantes de gestão e de ganhos de eficiência operacional;

V - o comprometimento na qualidade dos serviços prestados;

VI - a concorrência entre aeródromos, com efeitos positivos sobre os incentivos à eficiência do sistema e sobre os usuários;

VII - os resultados econômico-financeiros decorrentes da exploração do aeródromo, promovendo a redução de déficits ou o incremento de superávits, sem comprometimento dos investimentos necessários ou dos níveis de eficiência, qualidade e segurança dos serviços;